

IMPACTO DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA SOBRE O RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE MALANJE UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2018 A 2024

**IMPACT OF THE ECONOMIC AND FINANCIAL CRISIS ON HOUSEHOLD
INCOME IN THE MUNICIPALITY OF MALANJE: AN ANALYSIS OF THE 2018–
2024 PERIOD**

Ciências Sociais Aplicadas • 26/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790307492](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790307492)

António Avelino Francisco Tema¹

Adão Mbinguila Gikula²

RESUMO

Este artigo analisa o impacto da crise económica e financeira sobre o rendimento das famílias do Município de Malanje, Angola, no período de 2018 a 2024. Adoptou-se uma abordagem quantitativa, do tipo descritivo-exploratório, com aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra probabilística aleatória simples de 500 chefes de agregados familiares, equilibrada entre zonas urbana e rural e entre sexos. Os dados foram tratados estatisticamente em SPSS e Excel e interpretados à luz das teorias intervencionista de Keynes, monetarista de Friedman e neokeynesiana de Krugman e Wells, bem como de indicadores macroeconómicos do Banco Nacional de Angola (BNA), do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. No período em análise, o Produto Interno Bruto cresceu, em média, apenas 1,06% ao ano, a inflação acumulada atingiu cerca de 278% e a moeda nacional sofreu desvalorizações anuais entre 9% e 46%. Os resultados do inquérito mostram que, apesar de um crescimento nominal dos rendimentos de cerca de 194% entre 2018 e 2024, 94% dos inquiridos relataram perda efectiva do poder de compra. A crise traduziu-se numa redução do consumo alimentar (44% dos casos), na compressão da poupança e do investimento (28,4%), no recurso generalizado a redes informais de entreajuda financeira, como a “quixikila” e a “sócia” (53,2%), e na venda de bens patrimoniais como estratégia extrema de sobrevivência (39,8%). As três hipóteses de investigação foram integralmente confirmadas. Conclui-se que a crise afectou de forma directa, persistente e transversal o rendimento real das famílias de Malanje, o que reforça a necessidade de políticas macroeconómicas de controlo da inflação, de criação de emprego produtivo e de protecção social mais robustas.

Palavras-chave: crise económica; rendimento familiar; poder de compra; inflação; Malanje; Angola.

ABSTRACT

This article examines the impact of the economic and financial crisis on household income in the Municipality of Malanje, Angola, between 2018 and 2024. A quantitative, descriptive-exploratory approach was adopted, based on a structured questionnaire applied to a simple random probabilistic sample of 500 household heads, balanced between urban and rural areas and between sexes. Data were processed statistically using SPSS and Excel and interpreted through the lens of Keynesian interventionist theory, Friedman's monetarism and the neo-Keynesian approach of Krugman and Wells, supported by macroeconomic indicators from the National Bank of Angola (BNA), the National Institute of Statistics (INE), the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. Over the period, GDP grew on average by only 1.06% a year, cumulative inflation reached about 278%, and the national currency depreciated annually between 9% and 46%. Survey results show that, despite a nominal income increase of approximately 194% between 2018 and 2024, 94% of respondents reported an effective loss of purchasing power. The crisis translated into reduced food consumption (44% of cases), compressed savings and investment (28.4%), widespread reliance on informal solidarity-finance mechanisms such as quixikila and sócia (53.2%), and asset sales as a last-resort survival strategy (39.8%). All three research hypotheses were fully confirmed. The study concludes that the crisis directly, persistently and broadly affected the real income of Malanje households, reinforcing the need for stronger macroeconomic policies to control inflation, generate productive employment and expand social protection.

Keywords: economic crisis; household income; purchasing power; inflation; Malanje; Angola.

1. INTRODUÇÃO

Todo sistema económico é composto por agentes — famílias, empresas, instituições financeiras, governo e o resto do mundo — que interagem na produção, distribuição, consumo, repartição do rendimento e investimento. Entre estes, as famílias tendem a ser os agentes mais expostos às consequências das crises económicas e financeiras, por serem detentoras do factor trabalho, dos rendimentos de diversas origens, das poupanças e dos investimentos (Krugman & Wells, 2015).

A economia angolana caracteriza-se por elevados padrões de dependência e desequilíbrios estruturais: dependência do petróleo, que sustenta mais de metade do Produto Interno Bruto (PIB) e do Orçamento Geral do Estado; dependência das importações, que pressiona a taxa de câmbio e o saldo da balança de pagamentos; desequilíbrios entre oferta e procura, que alimentam a inflação; e desemprego estrutural associado a uma dívida externa elevada (Banco Mundial, 2023; BNA, 2018–2024). Desde 2014, o país atravessa um ciclo prolongado de instabilidade macroeconómica, com efeitos em cascata sobre o rendimento familiar, o crédito bancário, a industrialização e o emprego. A província de Malanje não ficou imune a esta realidade.

Entre 2018 e 2024, os relatórios do Banco Nacional de Angola registaram uma inflação que evoluiu de 18,6% para 28,2%, acompanhada por depreciações acentuadas do kwanza 46,23% em 2018 e ainda 29% em 2023, o que permite antecipar uma erosão

significativa do poder de compra dos rendimentos familiares. É precisamente esta variação que o presente estudo procura aferir empiricamente, para o caso concreto do Município de Malanje, escolhido pela sua relevância socioeconómica no contexto provincial e por integrar tanto zonas urbanas como rurais, o que permite captar realidades económicas diferenciadas.

A investigação orienta-se pela seguinte questão de partida: que impacto teve a crise económica e financeira sobre o rendimento das famílias do Município de Malanje, no período de 2018 a 2024? Para lhe responder, definiu-se como objectivo geral analisar o impacto da crise económica e financeira sobre o rendimento das famílias do município no período referido, desdobrado nos seguintes objectivos específicos: (i) identificar os principais determinantes do rendimento familiar em Malanje; (ii) avaliar os impactos da crise sobre a evolução do rendimento das famílias entre 2018 e 2024; e (iii) investigar as estratégias de coping adoptadas pelas famílias em resposta à crise.

O estudo assenta em três hipóteses: H1- os rendimentos das famílias registaram diminuição em termos reais no período, reduzindo a capacidade aquisitiva das famílias de Malanje; H2 - o impacto da crise foi suficientemente significativo para forçar as famílias a diminuir o consumo, a poupança e o investimento; e H3 - algumas famílias viram-se obrigadas a vender bens ou activos patrimoniais para sobreviver.

Do ponto de vista científico, o estudo pretende servir de suporte literário à comunidade académica em matérias ligadas aos impactos das crises, à inflação e ao rendimento; do ponto de vista socioeconómico, procura contribuir com directrizes para o alívio e racionalização dos recursos escassos das famílias e de outros

agentes económicos diante de cenários de crise, bem como divulgar indicadores actuais relacionados com o poder de compra dos consumidores, para tomada de decisão pelas entidades públicas, privadas e famílias.

O artigo estrutura-se em cinco secções, além desta introdução: revisão da literatura, que enquadra teoricamente os conceitos de crise, moeda, inflação, rendimento e a sua relação com o consumo, a poupança e o investimento, complementada pela caracterização do contexto macroeconómico angolano entre 2018 e 2024; metodologia, que descreve a área de estudo, a amostra e os instrumentos de recolha de dados; resultados e discussão, onde se apresentam e interpretam os principais achados empíricos e se procede à verificação das hipóteses; e conclusão, que sintetiza os contributos, limitações e recomendações do estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Crises Económicas: Conceito, Fases e Principais Episódios Históricos

Uma crise económica caracteriza-se por uma queda abrupta e generalizada da actividade produtiva, do emprego e do rendimento, geralmente acompanhada de instabilidade nos mercados financeiros. A literatura distingue quatro fases do ciclo económico associadas à crise. A recessão é uma fase de contracção, com diminuição do nível de produção medido pelo PIB, aumento do desemprego, queda da renda familiar e do poder de compra, redução da taxa de lucro das empresas e do investimento, considerando-se recessão a partir de dois trimestres consecutivos de retracção (Rocha, 2018). A depressão é um período de instabilidade

prolongado — geralmente superior a dois anos —, com desemprego elevado, baixa produção, queda acentuada do poder de compra e falência generalizada de empresas (Soares, 2010). A estagnação ocorre quando um país não consegue crescer ao nível do seu potencial, com ociosidade da produção industrial por retracção da procura (Krugman & Wells, 2015). Por fim, a recuperação marca o fim da recessão, estagnação ou depressão, iniciando um novo ciclo de crescimento, tipicamente associado a um ambiente de negócios favorável e taxas de juro baixas (Rosa, 2015).

Entre as principais crises económicas mundiais, a literatura destaca a peste negra de 1347, a mania das tulipas de 1637 (que evidenciou a lei da oferta e da procura), a quebra dos Mares do Sul de 1711, a crise do capitalismo de 1873–1896, a Primeira Guerra Mundial e a gripe espanhola (1914–1919), a Grande Depressão de 1929 e, mais recentemente, a crise pandémica da Covid-19 (Soares, 2010; Domingues, 2020). Destas experiências históricas decorrem causas recorrentes: guerras, pandemias, crédito e endividamento excessivos, bolhas especulativas, concentração excessiva de riqueza, desequilíbrios entre oferta e procura, monopólios e o grau de dependência da economia em relação ao exterior.

Mankiw (2021) sublinha que a dependência externa dos países menos desenvolvidos assume três formas: comercial (dependência da exportação de poucos produtos e de mercados específicos), tecnológica (dependência de equipamentos e mão-de-obra especializada estrangeira) e financeira (desequilíbrio nas contas externas e elevado endividamento). Angola apresenta indicadores expressivos destas três dependências, dada a sua reduzida produção interna, a fraca capacidade exportadora não petrolífera e o nível de endividamento perante credores como a China e o FMI. Neste

contexto, a escassez de divisas pressiona a taxa de câmbio, aumenta a dívida externa e alimenta a inflação, corroendo o poder de compra dos consumidores (Reis, 2020).

Face às crises, a corrente keynesiana, nascida da Grande Depressão de 1929, defende a intervenção do Estado para corrigir as imperfeições do mercado. Para Keynes (1936), o desemprego gerado pela crise reduz a procura, o que por sua vez leva ao encerramento de mais empresas — um círculo vicioso que só a intervenção estatal, através do financiamento de projectos geradores de emprego, consegue reverter, transformando-o num círculo virtuoso de estímulo à procura agregada. Os instrumentos ao dispor dos governos incluem a política monetária, a política fiscal, a política cambial e a política de rendimentos, orientados para quatro objectivos macroeconómicos centrais: pleno emprego, estabilidade de preços, distribuição justa do rendimento e crescimento económico (Filho, 2013).

2.2. Crises Financeiras: Tipologia e Mecanismos de Resolução

A crise financeira define-se como uma perturbação forte num ou em vários mercados financeiros, traduzida numa diminuição importante do valor dos activos e, frequentemente, na falência de instituições financeiras e não financeiras (Passos & Nogami, 2016). Em economias pouco diversificadas, como a angolana, a associação entre crise económica e crise financeira é quase indissociável: a economia real revela-se pouco produtiva para atender às necessidades internas e de exportação, enquanto o sistema financeiro se mostra incapaz de financiar adequadamente essa mesma economia real.

A literatura distingue três tipos principais de crise financeira. As crises bancárias ocorrem quando a instabilidade no sector bancário provoca a deterioração dos activos e a insolvência de instituições, podendo generalizar-se por contágio a todo o sistema — como sucedeu, no contexto angolano, com a falência do Banco Espírito Santo Angola (BESA) em 2014 (Mankiw, 2021; Ribeiro, 2015). As crises cambiais traduzem-se numa forte instabilidade da taxa de câmbio, resultante da perda de confiança dos agentes financeiros no valor de uma moeda, consubstanciada numa depreciação nominal acentuada (Samuelson & Nordhaus, 2012). As crises da dívida soberana surgem quando um Estado perde a capacidade ou a confiança necessária para financiar de forma sustentável a sua dívida (Mankiw, 2021).

Entre os factores determinantes das crises financeiras contam-se as instabilidades macroeconómicas prévias (crescimento fraco, défices orçamentais e comerciais excessivos, inflação elevada), a globalização dos mercados, que facilita o contágio entre economias próximas, e a instabilidade nos mercados de títulos, que reduz o valor de mercado das empresas e, consequentemente, o colateral disponível para a concessão de crédito (Passos & Nogami, 2016; Ferreira, 2014; Samuelson & Nordhaus, 2012). A resolução de crises financeiras segue tipicamente duas fases: uma fase de contenção, orientada para restabelecer a confiança através do fornecimento de liquidez a baixo custo e da emissão de garantias sobre passivos bancários; e uma fase de resolução ou reestruturação, que envolve a compra de activos, a emissão de garantias adicionais e injeções de capital (Coelho, 2014; Ribeiro, 2015).

2.3. Moeda, Inflação e Poder de Compra

A moeda desempenha as funções clássicas de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor. A procura de moeda depende negativamente da taxa de juro nominal e positivamente do nível de rendimento, devendo a sua oferta ser controlada de forma rigorosa pelo Banco Central, sob pena de desequilíbrios que geram inflação ou deflação, com impacto directo sobre o poder de compra das famílias (Santos et al., 2016).

A inflação corresponde à subida contínua e generalizada dos preços de bens e serviços, medida habitualmente através do Índice de Preços no Consumidor (IPC). O IPC e a taxa de inflação estão directamente relacionados: se o IPC de um período for, por exemplo, 134,70 face a um IPC anterior de 120,50, a taxa de inflação correspondente obtém-se pela fórmula $\text{Taxa de inflação} = [(IPC1 - IPC0) / IPC0] \times 100$, resultando neste exemplo em 11,78% (Mankiw, 2021). O IPC permite ainda calcular o consumo das famílias em termos reais, apurar o salário real, indexar salários e pensões, medir a competitividade da economia e avaliar a eficácia das políticas económicas (Samuelson & Nordhaus, 2012).

A literatura distingue diversos tipos de inflação: a inflação inercial, resultante da memória inflacionária e da indexação de contratos ao período anterior; a inflação de procura, provocada pelo crescimento dos meios de pagamento acima do crescimento da produção; a inflação de oferta ou de custos, decorrente do encarecimento dos factores produtivos; a hiperinflação, quando o aumento de preços ultrapassa 10% em economias desenvolvidas ou 50% em economias subdesenvolvidas num curto espaço de tempo; a estagflação, combinação de recessão com inflação; a inflação em espiral, gerada pelo ajustamento sucessivo de salários e preços; e a inflação

estrutural, associada à escassez de capacidade produtiva (Krugman & Wells, 2015; Samuelson & Nordhaus, 2012).

Para países desenvolvidos, uma inflação de 5% já é considerada elevada; para economias em desenvolvimento esse valor pode ser aceitável, ao passo que países subdesenvolvidos como Angola registam tipicamente taxas de dois dígitos — inflação galopante —, podendo alguns países, como o Zimbabwe ou a Venezuela, atingir níveis hiperinflacionários superiores a 50% ao ano (Rosa, 2015). Milton Friedman (1997), na sua Teoria Quantitativa da Moeda, associa a inflação elevada a um rápido aumento na oferta monetária, sustentando que, a longo prazo, um aumento da oferta de moeda não altera o PIB real, traduzindo-se antes num aumento proporcional do nível geral de preços. Em economias com elevada dependência de importações, esta causa monetária é agravada pelo défice da balança comercial, que pressiona as reservas internacionais e gera escassez de bens, elevando ainda mais os preços — precisamente o mecanismo identificado como relevante para o caso angolano.

Entre as consequências da inflação contam-se a desvalorização da moeda nacional, a subida das divisas e dos preços dos bens importados, a diminuição do investimento produtivo, o clima económico desfavorável, o aumento da especulação financeira, a elevação das taxas de juro e o aumento do desemprego (Krugman & Wells, 2015). O seu controlo passa por instrumentos de política monetária — subida da taxa de juro, redução da oferta de crédito, operações de mercado aberto — e de política fiscal — redução da despesa pública e aumento de impostos sobre o consumo (Filho, 2013). Para o caso angolano, a literatura sugere que, sendo a inflação causada sobretudo pela dependência de importações e pela fraca

produção nacional, a solução estrutural passa pelo financiamento do sector produtivo, com vista ao aumento da produtividade interna e à consequente redução da dependência externa (Rocha, 2018).

2.4. Determinantes e Composição do Rendimento Familiar

Os determinantes do rendimento familiar resultam da combinação de condições económicas, sociodemográficas, institucionais, culturais e macroeconómicas (Samuelson & Nordhaus, 2012; Krugman & Wells, 2015; Santos et al., 2016). Entre os factores económicos destacam-se o emprego e o vínculo laboral, o salário e a produtividade, o sector de actividade, o acesso ao crédito e a estrutura do mercado de trabalho. Entre os factores sociodemográficos contam-se o tamanho e a composição do agregado familiar, a idade e o ciclo de vida, o nível de escolaridade, o género e a localização geográfica. Os factores políticos incluem as políticas públicas de redistribuição, a política fiscal e o salário mínimo; os factores culturais e comportamentais abrangem os hábitos de poupança e consumo, o empreendedorismo e o capital social; e os factores macroeconómicos englobam o crescimento económico, a inflação e as taxas de juro e de câmbio.

Tabela 1. Síntese dos determinantes do rendimento familiar

Categoria	Principais determinantes
Económicos	Emprego/vínculo laboral, salário e produtividade, sector de actividade, acesso ao crédito
Sociodemográficos	Dimensão do agregado, idade/ciclo de vida, escolaridade, género, localização
Políticos	Redistribuição, política fiscal, salário mínimo e legislação laboral

Culturais/comportamentais	Hábitos de poupança/consumo, empreendedorismo, capital social
Macroeconómicos	Crescimento económico, inflação, taxas de juro e de câmbio

Fonte: elaboração própria, com base em Samuelson & Nordhaus (2012) e Krugman & Wells (2015).

Quanto à sua composição, o rendimento familiar agrega o rendimento do trabalho (salários, honorários, rendimentos por conta própria, prémios de produtividade), o rendimento do capital (juros, dividendos, rendas de imóveis, lucros, royalties), as transferências correntes (pensões, subsídios sociais, bolsas de estudo, remessas), o rendimento misto — típico de trabalhadores por conta própria que combinam trabalho e capital, como agricultores e comerciantes informais — e o rendimento não monetário, correspondente a bens e serviços consumidos sem pagamento directo, como a produção para autoconsumo ou o uso de habitação própria, na linha da abordagem do rendimento ampliado de Sen (1999).

2.5. Rendimento, Consumo, Poupança e Investimento: Correntes Teóricas

Na perspectiva keynesiana, o rendimento de uma economia é determinado pela procura efectiva — a soma dos gastos em consumo e investimento —, rompendo com a ideia clássica de ajustamento automático pela oferta. O consumo é função do rendimento corrente, expresso pela equação $C = a + bY$, em que a , é o consumo autónomo, b , a propensão marginal a consumir e Y , é o rendimento; a poupança corresponde ao rendimento não consumido ($S = Y - C$). O investimento, por sua vez, não decorre

directamente da poupança, mas das expectativas de lucro futuro e da taxa de juro, funcionando como motor da actividade económica (Keynes, 1936; Rosa, 2015).

Em contraposição, Friedman (1957) desenvolve a Hipótese do Rendimento Permanente, segundo a qual o consumo depende do rendimento permanente esperado — a média de rendimentos ao longo da vida —, e não do rendimento corrente. Variações temporárias de rendimento afectam sobretudo a poupança, tornando o consumo mais estável do que o rendimento. Esta abordagem é reforçada por Sargent (1986), que defende a disciplina monetária e o compromisso com metas de inflação como via para a estabilidade macroeconómica. Samuelson e Nordhaus, na sua síntese neoclássico-keynesiana, mantêm a função consumo keynesiana, mas integram o conceito de multiplicador do rendimento, segundo o qual um acréscimo inicial de investimento gera um aumento mais que proporcional do rendimento agregado; reforçam ainda a ideia de Fisher (1930), sobre a distribuição intertemporal do consumo, e de Solow (1956), sobre o papel do investimento na acumulação de capital e no crescimento de longo prazo.

Krugman e Wells actualizam a leitura keynesiana para o contexto da globalização e dos mercados financeiros contemporâneos, sublinhando o papel das expectativas e da confiança dos agentes económicos: mesmo com rendimento suficiente, a incerteza pode levar as famílias a aumentar a poupança e reduzir o consumo — o chamado paradoxo da poupança —, o que agrava as crises caracterizadas por excesso de oferta e insuficiência de procura (Krugman & Wells, 2015; 2018). Modigliani e Brumberg (1954) acrescentam a teoria do ciclo de vida, segundo a qual os indivíduos

poupam na idade activa e consomem as suas poupanças na reforma, de modo a manter um nível de bem-estar estável ao longo da vida.

2.6. Contexto Macroeconómico Angolano, 2018–2024

Os relatórios do BNA, do INE, do FMI e do Banco Mundial referentes ao período em análise permitem caracterizar o pano de fundo macroeconómico em que se insere este estudo. O PIB registou oscilações negativas significativas entre 2018 e 2020, iniciando com uma queda de 1,70% e agravando-se para 5,20% negativos em 2020, ano da pandemia da Covid-19; a partir de 2021, a economia retomou um crescimento nominal modesto, atingindo o valor mais elevado do período em 2024 (4,40%), o que resulta numa média anual de apenas 1,06% ao longo dos sete anos — reflexo da fraca diversificação produtiva e da elevada dependência do sector petrolífero, historicamente responsável por mais de metade do PIB nacional.

O PIB per capita real seguiu uma trajectória semelhante, mas com quedas mais acentuadas — cerca de 3,62% negativos em 2018 e próximo de 7% negativos em 2020 —, com recuperações muito tímidas em 2022 (1,10%) e 2024 (1,32%), evidenciando que a riqueza gerada por habitante praticamente estagnou ou regrediu ao longo do período (Banco Mundial, 2022–2024). A inflação nacional, por sua vez, evoluiu de 18,6% em 2018 para 28,2% em 2024, resultando numa inflação acumulada de aproximadamente 278% nos sete anos — uma média anual de 21%, muito superior ao crescimento médio do PIB nominal (0,3% ao ano), o que caracteriza uma inflação galopante segundo a classificação de Krugman e Wells (2015). Paralelamente, o kwanza registou depreciações anuais que oscilaram entre 9,12% (2024) e 46,23% (2018), com breves valorizações em 2021 (17,05%) e

2022 (10,18%), traduzindo forte pressão sobre as divisas para financiar as importações.

Tabela 2. Principais indicadores macroeconómicos de Angola, 2018–2024

Indicador	2018	2020	2024	Média/observação do período
Variação do PIB nominal (%)	-1,70	-5,20	4,40	Média anual de 1,06%
Variação do PIB per capita real (%)	-3,62	≈ -7,00	1,32	Trajectória maioritariamente negativa
Taxa de inflação (%)	18,6	—	28,2	Inflação acumulada ≈ 278% (média de 21%/ano)
Depreciação cambial Kz/USD (%)	46,23	—	9,12	Picos em 2018 e 2023 (≈29%)
Taxa de desemprego (%)	28,80	—	30,40	Pico de 32,30% em 2021
Poupança bruta / renda disponível (%)	33,03	—	16,91	Queda contínua desde 2019
Investimento (FBCF/PIB, %)	24,16	—	10,39	Tendência decrescente

Fonte: elaboração própria, com base em BNA, INE, FMI e Banco Mundial (2018–2024).

No plano do comércio externo, a balança comercial angolana manteve-se estruturalmente superavitária ao longo do período, embora fortemente dependente das exportações petrolíferas: as exportações sofreram uma quebra em 2020, associada à retracção da procura global e à queda dos preços do petróleo durante a pandemia, seguida de forte recuperação a partir de 2021, impulsionada pela valorização do petróleo e pelo contexto da guerra na Ucrânia; as importações, por sua vez, seguiram uma trajectória ascendente, intensificada a partir de 2021, reflectindo a fraca diversificação da base produtiva nacional (FMI, 2021, 2022, 2023; Banco Mundial, 2022, 2023). Caso se excluíssem as exportações petrolíferas, o saldo da balança comercial tornar-se-ia estruturalmente deficitário, o que confirma a vulnerabilidade externa da economia angolana.

O desemprego manteve-se estruturalmente elevado, iniciando em 28,80% em 2018, atingindo o pico de 32,30% em 2021 e encerrando 2024 em 30,40% (INE, 2018–2024), o que se reflecte directamente na redução do rendimento das famílias e na sua vulnerabilidade em contextos de crise (Krugman & Wells, 2018). A poupança bruta em função da renda disponível decresceu de forma contínua, de um pico de 33,03% em 2018 para 16,91% em 2024 — o valor mais baixo do período —, sinalizando fragilidade financeira crescente e maior propensão ao endividamento (Keynes, 1936; Friedman, 1957). Consistentemente, a taxa de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo em função do PIB) caiu de 24,16% em 2018 para apenas 10,39% em 2024, revelando uma economia com reduzida capacidade de autofinanciamento dos seus investimentos, o que a torna mais dependente de endividamento externo, num contexto de moeda nacional persistentemente depreciada (Solow, 1956; Banco Mundial, 2022).

Estes indicadores macroeconómicos convergem para um quadro de erosão sistemática do rendimento real e do bem-estar económico das famílias angolanas, e constituem o pano de fundo empírico que orienta a leitura dos resultados do inquérito aplicado às famílias do Município de Malanje, apresentados na secção mais adiante.

3. METODOLOGIA

3.1. Área de Estudo

O estudo foi realizado no Município de Malanje, capital da província homónima, na região centro-norte de Angola, com uma população estimada em cerca de 569.474 habitantes numa área de aproximadamente 2.422 km², correspondendo a uma densidade populacional de cerca de 92 habitantes por quilómetro quadrado (INE, 2016). O município é limitado a Norte pelo Município de Calandula, a Leste pelos Municípios do Quéssua e Ngola-Luiji, a Sul pelos Municípios de Cangandala e Mussende, e a Oeste pelos Municípios de Cacuso e Pungo Andongo. A sua escolha como campo de estudo justifica-se pela relevância socioeconómica no contexto provincial e pelo facto de integrar zonas urbanas e rurais, o que permitiu captar realidades económicas diferenciadas e uma análise mais abrangente do impacto da crise sobre o rendimento familiar.

3.2. Desenho de Investigação

Adoptou-se uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem quantitativa, com recurso aos métodos observacional, bibliográfico, estatístico e indutivo (Gil, 2008; 2017; Zanella, 2013). A vertente exploratória permitiu maior familiaridade com o fenómeno em estudo, enquanto a dimensão descritiva possibilitou a caracterização

objectiva do impacto da crise sobre o rendimento familiar. A abordagem quantitativa mostrou-se adequada por possibilitar a mensuração de variáveis económicas e sociais e a análise estatística dos dados, permitindo identificar padrões, tendências e relações entre variáveis (Patrícia, Costa & Moreira, 2021).

3.3. População e Amostra

A população-alvo correspondeu ao conjunto das famílias residentes no Município de Malanje. Dada a inexistência de um registo exaustivo do número de agregados familiares, a população foi tratada como grande ou infinita, conforme orientação metodológica de Gil (2017). Recorreu-se a uma amostragem probabilística aleatória simples, com 500 chefes ou representantes de agregados familiares, número considerado estatisticamente robusto para efeitos de generalização dos resultados. A amostra foi distribuída equitativamente entre zona urbana e zona rural (250 cada) e entre sexos (250 homens e 250 mulheres), reunindo residentes com idade igual ou superior a 18 anos, de diferentes níveis de escolaridade e ocupação, garantindo diversidade sociodemográfica adequada à análise do fenómeno. A recolha de dados decorreu entre 30 de Setembro e 3 de Outubro de 2025, e todos os inquiridos participaram de forma voluntária e informada.

3.4. Variáveis, Instrumento e Tratamento de Dados

A variável dependente do estudo foi o rendimento das famílias, operacionalizada através do nível de rendimento mensal, da suficiência face à cesta básica e da percepção do poder de compra. As variáveis independentes incluíram a crise económica (percepção do impacto e dificuldades financeiras enfrentadas), a inflação

(aumento do custo de vida e variação de preços de bens essenciais), o desemprego (existência de desempregados no agregado e perda recente de emprego), as políticas económicas (avaliação da eficácia das medidas governamentais) e a dependência de importações (percepção do impacto dos bens importados nos preços). Os dados foram recolhidos através de um questionário estruturado, com perguntas fechadas, e processados nos softwares SPSS 25 e Excel (Office 2016).

3.5. Considerações Éticas

A pesquisa observou os princípios éticos fundamentais aplicáveis às investigações em Ciências Sociais. A participação dos inquiridos foi voluntária, mediante consentimento informado, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas, utilizadas exclusivamente para fins académicos, no respeito pela dignidade, privacidade e direitos dos participantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Inquiridos

A amostra distribuiu-se equilibradamente entre zona urbana e rural (50% cada) e entre sexos (50% cada), o que confere maior representatividade aos resultados e permite captar a percepção do impacto da crise a partir de diferentes estratos sociais e perspectivas de género. Predominam chefes de família jovens: 37,0% entre 18 e 35 anos e 36,6% entre 36 e 45 anos, representando em conjunto 73,6% da amostra, contra apenas 17,2% entre 46 e 55 anos e 9,2% acima dos 55 anos — distribuição coerente com a estrutura demográfica maioritariamente jovem de Angola.

Quanto à escolaridade, 53,0% dos inquiridos possuíam nível secundário e 47,0% nível superior, sem qualquer participante sem instrução ou apenas com o nível primário, o que reforça a fiabilidade das respostas obtidas. Os agregados familiares revelaram-se numerosos — 42,0% compostos por 1 a 5 membros, 39,6% por 6 a 10 membros e 18,4% por mais de 10 membros —, resultando numa média aproximada de 8 pessoas por família. Esta configuração, associada à juventude dos chefes de família, tende a ampliar a vulnerabilidade económica em contextos de instabilidade macroeconómica, tal como salientam estudos do INE (2016) e do Banco Mundial (2022), ao associarem famílias jovens e numerosas a maiores pressões sobre o rendimento disponível. Quanto à ocupação, 46,0% dos inquiridos eram funcionários públicos, 31,0% trabalhadores de empresa privada e 23,0% trabalhadores liberais, confirmando o Estado como o maior empregador formal da economia angolana.

Tabela 3. Perfil sociodemográfico dos inquiridos (n = 500)

Variável	Categoria	%
Área de residência	Urbana / Rural	50,0% / 50,0%
Sexo	Masculino / Feminino	50,0% / 50,0%
Idade	18–35 / 36–45 anos	37,0% / 36,6%
Escolaridade	Secundário / Superior	53,0% / 47,0%
Dimensão do agregado	1–5 / 6–10 / >10 pessoas	42,0% / 39,6% / 18,4%
Ocupação	Func. público / Priv. / Liberal	46,0% / 31,0% / 23,0%

Fonte: elaboração própria, com base no inquérito por questionário (n = 500).

4.2. Evolução do Rendimento Familiar, 2018–2024

Em 2018, 56,4% das famílias auferiam rendimentos mensais entre 20.000 e 99.000 Kz e 36,0% entre 100.000 e 299.000 Kz — valores inferiores ao custo da cesta básica para um agregado médio de 8 pessoas. Apenas 5,0% situavam-se entre 300.000 e 499.000 Kz, 1,8% entre 500.000 e 999.000 Kz, e 0,8% entre 1.000.000 e 2.000.000 Kz, não se tendo registado qualquer família com rendimento mensal superior a 2.000.000 Kz.

Em 2024, o escalão inferior (20.000–99.000 Kz) caiu para 32,0%, enquanto o escalão de 100.000 a 299.000 Kz passou a concentrar 50,6% da amostra, reflectindo os ajustamentos salariais nominais motivados pela pressão sindical e inflacionária. Os escalões de 300.000–499.000 Kz e 500.000–999.000 Kz subiram, respectivamente, para 14,0% e 2,6%, mantendo-se em 0,8% o escalão de 1.000.000–2.000.000 Kz e inexistente o escalão acima de 2.000.000 Kz.

Tabela 4. Rendimento familiar mensal, 2018 e 2024

Escalão de rendimento mensal (Kz)	2018 (%)	2024 (%)
20.000 – 99.000	56,4%	32,0%
100.000 – 299.000	36,0%	50,6%
300.000 – 499.000	5,0%	14,0%
500.000 – 999.000	1,8%	2,6%
1.000.000 – 2.000.000	0,8%	0,8%

Mais de 2.000.000	0,0%	0,0%
-------------------	------	------

Fonte: elaboração própria, com base no inquérito por questionário ($n = 500$).

O salário mínimo nacional passou de 34.000 Kz em 2018 para 100.000 Kz em 2024, correspondendo a uma taxa de crescimento nominal simples de 194,12% [$\%i = (V_f - V_i)/V_i \times 100$]. Contudo, este crescimento nominal não se traduziu em ganho de poder de compra: 93,8% dos inquiridos declararam que o seu rendimento diminuiu em termos reais entre 2018 e 2024, contra apenas 1,8% que reportaram aumento e 4,4% estabilidade — resultado que ilustra de forma directa a distinção clássica entre rendimento nominal e rendimento real (Friedman, 1997; Mankiw, 2021).

As principais fontes de rendimento identificadas — de resposta múltipla — foram o salário formal (49,1%), o comércio e outras actividades empreendedoras (23,0%), o trabalho informal (10,0%), outras fontes variáveis (9,4%), a agricultura, pesca e pecuária (7,8%) e as transferências do Estado (0,7%), evidenciando a reduzida diversificação das fontes de rendimento e a fraca exploração do potencial agrícola do município, apesar de Malanje ser uma província com vocação agrícola reconhecida.

4.3. Impacto da Crise Sobre as Despesas e os Projectos Familiares

A totalidade da amostra reportou ajustamentos nas despesas do agregado familiar, não se tendo registado qualquer família sem alteração no seu orçamento. A diminuição do consumo alimentar foi o efeito mais citado (44,0%), seguida da perda do poder de compra enquanto categoria autónoma (35,6%), do atraso no pagamento de

rendas e serviços como energia, água e propinas escolares (14,0%) e de cortes orçamentais gerais (6,4%). Este resultado é consistente com a leitura keynesiana segundo a qual a queda do rendimento real desloca a estrutura de consumo para bens de primeira necessidade, comprimindo inclusivamente refeições básicas e comprometendo potencialmente o desenvolvimento físico e intelectual das crianças (Keynes, 1936; Krugman & Wells, 2015).

Quanto aos projectos familiares de médio e longo prazo, a dificuldade em obter ou construir habitação própria foi o mais afectado (34,0%), justificada pela subida acentuada do preço dos materiais de construção civil e dos activos imobiliários; segue-se a redução ou eliminação da poupança e do investimento (28,4%), reflectindo o uso das reservas familiares para garantir despesas essenciais; o desemprego de membros da família (17,8%); a interrupção dos estudos de filhos ou outros membros (10,8%), associada à incapacidade de suportar custos escolares e de transporte; e as dificuldades de acesso a cuidados de saúde especializados (9,0%).

Tabela 5. Impacto da crise sobre despesas e projectos familiares

Dimensão	Categoria mais afectada	%
Despesas do agregado	Diminuição do consumo alimentar	44,0%
Despesas do agregado	Perda do poder de compra	35,6%
Projecto familiar	Dificuldade em obter/construir casa própria	34,0%
Projecto familiar	Redução/eliminação da poupança e investimento	28,4%

Projecto familiar	Desemprego de membros da família	17,8%
-------------------	----------------------------------	-------

Fonte: elaboração própria, com base no inquérito por questionário (n = 500).

4.4. Estratégias de Coping Adoptadas Pelas Famílias

Diante da queda do poder aquisitivo, a estratégia mais adoptada foi o recurso a mecanismos comunitários de entreajuda financeira a “quixikila” e a “sócia” mencionados por 53,2% das famílias, seguido da redução de despesas e substituição de bens por alternativas mais acessíveis (26,6%, incluindo a substituição do pão e do arroz pela mandioca ou pela batata-doce), do aumento de fontes de rendimento (13,6%) e da realização de trabalho informal (6,6%). Este padrão evidencia o papel central das redes de solidariedade informal como mecanismo de resiliência económica, num contexto de reduzido acesso ao crédito formal e de ineficiência das instituições bancárias.

Este comportamento não é exclusivo das famílias: constitui um traço estrutural da economia angolana, também identificado ao nível empresarial, onde as micro, pequenas e médias empresas recorrem sistematicamente a redes sociais e de confiança pessoal como substitutos do capital formal, num contexto em que a taxa de bancarização em Angola não ultrapassa cerca de 38% (Gikula, 2026). Esta convergência entre o comportamento das famílias e o das empresas reforça a leitura de que a fragilidade institucional angolana empurra tanto agentes individuais como colectivos para mecanismos informais de entreajuda, em substituição de instrumentos financeiros formais.

Nas fases mais críticas de queda do rendimento real, a resposta mais extrema foi a venda de bens ou activos patrimoniais electrodomésticos, terrenos, imóveis, animais, viaturas , reportada por 39,8% dos inquiridos, seguida do pedido de apoio a familiares ou amigos (26,4%), da migração de membros da família para outras localidades ou países (18,4%) e do recurso a endividamento financeiro (15,4%), este último limitado por dificuldades de acesso ao crédito, ausência de garantias e receio de sobre-endividamento. A elevada incidência da alienação de activos confirma que a crise ultrapassou a esfera do consumo corrente, atingindo o património familiar e comprometendo a capacidade futura de geração de rendimento.

Tabela 6. Estratégias de coping adoptadas pelas famílias

Fase de vulnerabilidade	Estratégia mais citada	%
Queda corrente do rendimento	Quixikila / sócia (entreaajuda financeira)	53,2%
Queda corrente do rendimento	Redução de despesas / substituição de bens	26,6%
Fases críticas	Venda de bens ou activos patrimoniais	39,8%
Fases críticas	Apoio de familiares ou amigos	26,4%
Fases críticas	Migração de membros da família	18,4%

Fonte: elaboração própria, com base no inquérito por questionário (n = 500).

4.5. Percepções Sobre Causas da Crise e Expectativas Face Às Políticas Públicas

Quanto ao factor percebido como mais determinante da redução do rendimento real, os inquiridos apontaram, em primeiro lugar, a própria crise económica e financeira — inflação, desemprego e fraca produção nacional (54,4%) , seguida das políticas económicas ineficientes ou inoportunas (35,4%) e da excessiva dependência de importações (10,2%). A concentração de 89,8% das respostas nestes dois primeiros factores sugere que a população associa a deterioração do rendimento sobretudo à conjuntura macroeconómica adversa e à qualidade da governação económica, mais do que a factores estruturais de longo prazo leitura consistente com a literatura sobre a importância de políticas económicas consistentes e oportunas para preservar o bem-estar económico das famílias (Filho, 2013).

Quanto ao apoio esperado do Governo para melhorar a situação económica das famílias, destaca-se o controlo da inflação e o aumento da empregabilidade (58,4%), seguido do reforço de programas de protecção social, como o programa Kwenda e bolsas de estudo (20,8%), do apoio ao processo formativo técnico-profissional (8,8%), da diversificação de fontes de rendimento familiar através de linhas de crédito (6,6%) e do aumento salarial ao ritmo inflacionário (5,4%) — esta última opção pouco valorizada por reflectir a percepção de que reajustes salariais sem controlo da inflação tendem a ser rapidamente absorvidos pela subida de preços.

No que respeita ao apoio esperado para iniciativas empreendedoras de aumento de renda, os inquiridos priorizam o apoio à produção agrícola, pesca e pecuária (37,2%), evidenciando a percepção de que os sectores primários constituem a base mais promissora para o aumento do rendimento familiar em contextos de subsistência;

segue-se a expansão de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico (29,4%), a optimização de programas de diversificação económica (15,0%), os incentivos fiscais (9,8%) e, por último, as medidas de política monetária como crédito e taxas de juro (8,6%) — a menor adesão a este último item reflecte uma percepção negativa quanto à acessibilidade e eficácia dos mecanismos formais de financiamento para pequenos empreendedores.

4.6. Discussão Integrada e Verificação das Hipóteses

O conjunto dos resultados confirma, de forma consistente, que a crise económica e financeira produziu efeitos negativos, profundos e generalizados sobre o rendimento real, o poder de compra e o padrão de consumo das famílias de Malanje, corroborando a literatura keynesiana e monetarista mobilizada na revisão teórica (Keynes, 1936; Friedman, 1997; Mankiw, 2021) e reflectindo directamente a deterioração dos indicadores macroeconómicos nacionais apresentados na secção 2.6 — em particular a inflação acumulada de 278%, a queda da poupança bruta de 33,03% para 16,91% e a redução da taxa de investimento de 24,16% para 10,39% do PIB.

H1 — confirmada. Em 2024, 82,6% das famílias auferiam rendimentos mensais inferiores a 300.000 Kz, valor abaixo do custo médio da cesta básica para um agregado de 8 pessoas; e 94% dos inquiridos declararam perda efectiva do poder de compra entre 2018 e 2024, apesar do crescimento nominal de 194,12% do rendimento de referência. A distinção entre rendimento nominal e rendimento real, central na teoria monetária, encontra aqui confirmação

empírica clara, e é directamente coerente com a inflação acumulada de 278% identificada nos indicadores nacionais do período.

H2 — confirmada. A redução do consumo alimentar (44,0%) e a compressão da poupança e do investimento (28,4%) demonstram que o ajustamento das famílias ultrapassou os bens supérfluos, atingindo o núcleo básico de sobrevivência — padrão coerente com a função de consumo keynesiana em contexto de queda do rendimento real, e espelhado, à escala nacional, na quebra da taxa de poupança bruta e da taxa de investimento observada entre 2018 e 2024.

H3 — confirmada. Cerca de 40% das famílias recorreram à venda de bens ou activos patrimoniais como mecanismo extremo de ajustamento, o que evidencia que a crise ultrapassou a esfera do consumo corrente, comprometendo o património familiar e a sua capacidade futura de geração de rendimento — um comportamento micro coerente com a fragilidade financeira estrutural sinalizada pela queda da poupança bruta nacional.

De forma geral, os dados sugerem que a estrutura sociodemográfica das famílias de Malanje — chefes jovens e agregados numerosos — amplificou os efeitos da crise, ao passo que a fraca diversificação das fontes de rendimento e a elevada dependência de importações, características estruturais da economia angolana identificadas na revisão de literatura, limitaram a capacidade de absorção de choques económicos. As respostas dos inquiridos quanto às expectativas de política pública — controlo da inflação, criação de emprego e apoio à produção primária — reforçam a leitura de que a estabilidade macroeconómica é percebida como pré-condição para a recuperação do rendimento familiar, corroborando as

recomendações do FMI e do Banco Mundial sobre a necessidade de diversificação económica e de redução da dependência das importações (FMI, 2023, 2024; Banco Mundial, 2023).

5. CONCLUSÃO

5.1. Síntese dos Principais Achados

Este estudo analisou o impacto da crise económica e financeira sobre o rendimento das famílias do Município de Malanje entre 2018 e 2024, com base num inquérito a 500 chefes de agregado familiar, articulado com indicadores macroeconómicos nacionais do mesmo período. Os resultados demonstram que o crescimento nominal dos rendimentos foi amplamente neutralizado pela inflação persistente e pela depreciação do Kwanza, traduzindo-se numa perda generalizada do poder de compra, na compressão do consumo — sobretudo alimentar —, na erosão da poupança e do investimento, e na adopção de estratégias de coping que vão do recurso a redes informais de entreajuda financeira até à venda de activos patrimoniais. A estrutura sociodemográfica das famílias — chefes de família predominantemente jovens e agregados numerosos — contribuiu para agravar esta vulnerabilidade, num contexto marcado por desemprego estrutural, fraca dinâmica produtiva e elevada dependência de importações. As três hipóteses de investigação foram integralmente confirmadas.

5.2. Contribuição do Estudo para a Ciência

O estudo contribui para colmatar uma lacuna na literatura, que privilegia frequentemente análises macroeconómicas nacionais em detrimento de estudos localmente circunscritos, e reforça, num contexto de economia em desenvolvimento, a validade empírica da

distinção clássica entre rendimento nominal e rendimento real, bem como das teorias keynesiana, monetarista e neokeynesiana da inflação e do consumo. Do ponto de vista metodológico, o estudo demonstra a eficácia do uso combinado do inquérito por questionário, da análise estatística descritiva e da triangulação com indicadores macroeconómicos secundários na avaliação do bem-estar económico das famílias, constituindo um modelo replicável para estudos semelhantes noutros municípios ou províncias angolanas.

5.3. Limitações do Estudo

Entre as limitações do estudo, destacam-se a utilização de dados primários obtidos por questionário, sujeitos a vieses de memória e de percepção na avaliação retrospectiva do rendimento; a natureza transversal do desenho de pesquisa, que não permite acompanhar de forma contínua a evolução do rendimento e do consumo das mesmas famílias ao longo do tempo; e a circunscrição geográfica a um único município, o que limita a generalização dos resultados a outras regiões de Angola, cujas especificidades económicas, sociais e produtivas podem diferir significativamente. Adicionalmente, variáveis como a informalidade laboral, a volatilidade dos rendimentos e o acesso diferenciado a redes de protecção social não foram exploradas em profundidade, indicando caminhos para investigações futuras.

5.4. Tópicos para Estudos Futuros

Recomenda-se que estudos futuros aprofundem a análise longitudinal do impacto da crise sobre a poupança e o investimento familiar; a relação entre rendimento, género e estratégias de coping

em contextos de crise económica; e estudos comparativos sobre o impacto da crise económica e financeira sobre o rendimento das famílias entre diferentes municípios ou províncias de Angola.

5.5. Recomendações

Com base nas evidências produzidas, formulam-se recomendações dirigidas a diferentes actores. Para o Governo e os decisores de política económica: reforçar a coordenação das políticas monetária (BNA) e fiscal (Ministério das Finanças) para o controlo sustentável da inflação; promover a criação de emprego produtivo através de investimento público e parcerias público-privadas em sectores intensivos em mão-de-obra, como a agricultura, a pesca, a construção civil e as pequenas indústrias de transformação; expandir e focalizar os programas de protecção social dirigidos às famílias mais vulneráveis; investir em infraestruturas económicas estratégicas (energia, transportes, irrigação e logística); facilitar o acesso ao financiamento formal com condições compatíveis com a realidade dos pequenos produtores; aprofundar a diversificação económica, reduzindo a dependência das importações; e expandir a formação técnico-profissional alinhada às potencialidades regionais.

Para o sistema financeiro, recomenda-se o desenvolvimento de produtos financeiros inclusivos — poupança flexível, microcrédito e seguros de baixo custo —, o reforço da educação financeira e a criação de linhas de crédito de emergência com juros subsidiados em períodos de choque económico, de modo a evitar a venda forçada de activos produtivos. Para as instituições públicas, académicas e de investigação (INE, BNA, universidades), recomenda-se aprofundar estudos empíricos sobre rendimento, inflação e emprego, produzir relatórios periódicos de avaliação de

impacto das políticas públicas e monitorizar indicadores de resiliência económica das famílias, como o recurso à venda de activos e ao crédito formal.

Para a sociedade civil e os actores locais, recomenda-se apoiar tecnicamente os mecanismos comunitários de poupança e crédito, promovendo a sua organização e integração gradual ao sistema formal, bem como implementar programas de capacitação empreendedora que transformem iniciativas informais em microempresas sustentáveis. Por fim, às famílias e pequenos empreendedores recomenda-se diversificar as fontes de rendimento, explorando oportunidades locais como a agricultura familiar, a aquicultura e a pecuária; preservar activos produtivos sempre que possível, priorizando a racionalização do consumo não essencial antes da alienação de bens geradores de rendimento; e participar em programas de formação e literacia financeira e técnico-profissional, de modo a fortalecer a capacidade de gestão financeira e empreendedora das famílias.

Em síntese, a crise económica e financeira de 2018 a 2024 comprometeu de forma significativa a capacidade aquisitiva, o padrão de consumo e a estabilidade económica das famílias do Município de Malanje, exigindo uma resposta articulada entre o Estado, o sistema financeiro, a academia, a sociedade civil e as próprias famílias, orientada para o controlo da inflação, a promoção do emprego e o fortalecimento da produção nacional, como condições essenciais para a recuperação sustentável do rendimento familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Mundial. (2022). Global economic prospects. Washington, DC: World Bank.

Banco Mundial. (2023). Angola economic update: Shifting to a more diversified and resilient economy. Washington, DC: World Bank.

Banco Mundial. (2024). Africa's pulse: An analysis of issues shaping Africa's economic future. Washington, DC: World Bank.

Banco Mundial. (2024). World Development Indicators 2024. Washington, DC: World Bank.

BNA – Banco Nacional de Angola. (2018–2024). Relatório Anual e Contas. Luanda: BNA.

Coelho, D. R. (2014). Mundo em crise. A história da crise financeira, seus impactos nas relações internacionais e os actuais desafios (1ª ed.). Brasília: UnB.

Domingues, R. (2020). As cinco principais causas das maiores crises económicas no Brasil e no mundo. FEBRAEC – Federação Brasileira das Empresas de Consultoria e Treinamento.

Ferreira, D. (2014). Finanças tóxicas e crises financeiras – Derivados e produtos estruturados de crédito. Lisboa: Rei dos Livros.

Filho, J. C. (2013). Economia não é um quebra-cabeças (1ª ed.). São Paulo: Lemar.

Fisher, I. (1930). The theory of interest. New York: Macmillan.

Friedman, M. (1957). A theory of the consumption function. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Friedman, M. (1997). A teoria quantitativa da moeda: reestabelecimento. In R. Carneiro (Org.), Clássicos da economia. São Paulo: Ática.

Fundo Monetário Internacional. (2021). Angola: Article IV consultation – Staff report. Washington, DC: IMF.

Fundo Monetário Internacional. (2022). World economic outlook. Washington, DC: IMF.

Fundo Monetário Internacional. (2023). Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa. Washington, DC: IMF.

Fundo Monetário Internacional. (2023). World economic outlook: Growth, inflation, and investment. Washington, DC: IMF.

Fundo Monetário Internacional. (2024). External sector report. Washington, DC: IMF.

Gikula, A. M. (2026). Indicadores de performance não financeiros e drivers de competitividade em PME africanas: uma proposta de modelo conceptual ilustrada com casos comparativos de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Revista Tópicos. <https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788229587>

Gil, A. C. (2008). Como elaborar projectos de pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2017). Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2016). Censo 2014. Luanda: INE.

Keynes, J. M. (1936). Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (trad. M. Resende). São Paulo: Saraiva.

Krugman, P., & Wells, R. (2015). Macroeconomia (trad. R. C. S. Macedo, 3ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Krugman, P., Wells, R., & Graddy, K. (2018). Essentials of economics (4ª ed.). Nova Iorque: Worth Publishers.

Mankiw, N. G. (2021). Macroeconomia (10ª ed.). São Paulo: Atlas.

Mankiw, N. G. (2021). Principles of economics (9ª ed.). Boston: Cengage Learning.

Modigliani, F., & Brumberg, R. (1954). Utility analysis and the consumption function. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Passos, C. R., & Nogami, O. (2016). Princípios de economia (7ª ed.). São Paulo: Cengage.

Patrícia, S., Costa, A. P., & Moreira, A. (2021). Reflexões em torno de metodologias de investigação: recolha de dados (Vol. 2, 1ª ed.). Aveiro: UA Editora.

Reis, J. J. (2020). BPC em falência técnica e com maior prejuízo da história da banca. Expansão – Empresas e Mercados.

Ribeiro, I. C. (2015). Os megabancos e as crises financeiras. Uma análise teórica e jurimétrica da regulação e do direito concorrencial (1ª ed.). Lisboa: Almedina.

Rocha, M. J. (2018). Economia e sociedade em Angola (1ª ed.). Luanda: Texto Editores.

Rosa, C. S. (2015). O livro da economia. São Paulo: Globo.

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2012). Economia (19ª ed.). Lisboa: AMGH Editora.

Santos, J., Pina, Á., Braga, J., & Aubyn, M. S. (2016). Macroeconomia (4ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.

Sargent, T. J. (1986). Rational expectations and inflation. New York: Harper & Row.

Sen, A. K. (1999). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

Soares, J. C. (2010). Dicionário de economia (3ª ed.). Lisboa: Plátano Editora.

Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. The Quarterly Journal of Economics, 70(1), 65–94.

Vunge, M. B. (2020). Como gerir o salário & criar um pequeno negócio – Um guia de educação financeira e empreendedorismo (1ª ed.). Luanda: Viana Editora.

Zanella, L. C. (2013). Metodologia de pesquisa (2ª ed.). Florianópolis: UFSC.

¹ Docente no Instituto Superior Politécnico Cardeal Don Alexandre do Nascimento – Malanje, Angola, Mestrando em Economia e Gestão Aplicadas pela Universidade Metodista de Angola, Licenciado em Economia. Adão Mbinguila Gikula. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2999-9793>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Afiliação Institucional: Docente na Universidade Rainha Njinga a Mbande - Malanje, Angola Mestre em Consultoria e Desenvolvimento Organizacional Mestre em Gestão de PME, Licenciado em Administração Pública. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9277-3285>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)